

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMPARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

206

HABEAS CORPUS Nº 0201956-5

IMPETRANTE: Roberta Rodrigues Pitanga – Defensora Pública

PACIENTE: Sheila Maria da Silva

RELATOR: Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal

PROCURADORA DE JUSTIÇA CONVOCADA: Dra. Christiane Roberta
Gomes de Farias Santos

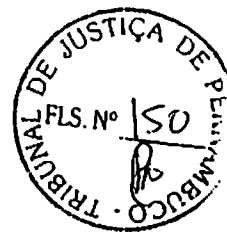
EMENTA: CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL
PENAL. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES.
HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. ALEGAÇÃO DE
EXCESSO DE PRAZO NA CONCLUSÃO DA
INSTRUÇÃO CRIMINAL. INOCORRÊNCIA.
PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. AUSÊNCIA DOS
REQUISITOS AUTORIZADORES DA PRISÃO
PREVENTIVA. INOCORRÊNCIA. ORDEM
DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

3458

1. Conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a concessão de *habeas corpus*, em razão da configuração de excesso de prazo, somente é admitida nos casos em que a dilação decorra exclusivamente de diligências suscitadas pela acusação, resulte da inércia do próprio aparato judicial, ou implique em ofensa ao princípio da razoabilidade;

2. No presente caso, o relativo prolongamento da instrução deve ser debitado à realização de diligências imprescindíveis, bem como à pluralidade de réus (três pessoas), que ocasionou atraso no oferecimento de resposta à acusação, pois, entre a intimação das acusadas e o oferecimento da última resposta, deu-se o lapso temporal de aproximadamente 03 (três) meses;

3. Subsiste a vedação legal à concessão da liberdade provisória para condutas configuradas como tráfico de drogas, nos termos do art. 44, da Lei nº 11.343/06;



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

207

4. Necessidade da manutenção da custódia da paciente para assegurar a ordem pública, principalmente em razão da elevada quantidade de droga apreendida em seu poder, a saber, 4,761kg (quatro quilos e setecentos e sessenta e um gramas) de maconha, encontrando-se associada para a prática de tráfico de entorpecentes, tudo a indicar a presença de periculosidade social justificadora da necessidade da prisão.

5. Ordem denegada. Decisão Unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do *habeas corpus* nº 0201956-5 em que figura como impetrante a Defensora Pública Roberta Rodrigues Pitanga, e como paciente Sheila Maria da Silva, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão realizada no dia ____ de dezembro de 2009, por decisão unânime, em denegar ordem, tudo conforme consta no relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do presente julgado.

Recife, 22 de dezembro de 2009.


Des. Antonio de Melo e Lima
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

208

HABEAS CORPUS Nº 0201956-5

IMPETRANTE: Roberta Rodrigues Pitanga – Defensora Pública

PACIENTE: Sheila Maria da Silva

RELATOR: Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal

PROCURADORA DE JUSTIÇA CONVOCADA: Dra. Christiane Roberta Gomes de Farias Santos

RELATÓRIO

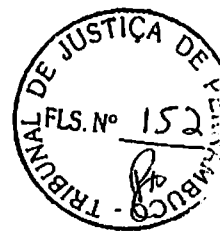
A Defensora Pública Roberta Rodrigues Pitanga impetrou a presente ordem de *habeas corpus*, com requerimento de concessão de medida liminar, em favor de Sheila Maria da Silva, apontando como autoridade coatora o Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito em Exercício no Mutirão Judicial do Sistema Carcerário de Pernambuco, juízo em que se encontrava o processo nº 222.2009.011899-3, a que responde a paciente perante a 3ª Vara Criminal da Comarca de Jaboatão dos Guararapes/PE, pela prática dos crimes de tráfico ilícito de entorpecentes e associação para o tráfico, previstos, respectivamente, nos arts. 33 e 35, da Lei nº 11.343/2006.

Noticia a Ilustre Defensora que, por ocasião do Mutirão Carcerário, pleiteou a liberdade da paciente, benefício que lhe foi negado. Alega a inocorrência das hipóteses que autorizam a prisão preventiva, sendo viável, portanto, a concessão da medida liberatória pretendida. Afirmar, ainda, a impetrante, que a paciente também suporta constrangimento ilegal por excesso de prazo na custódia cautelar, pois se encontra presa desde a data do flagrante, em 13.02.2009, sem que a instrução criminal tenha sido encerrada.

Requer, ao final, a concessão da ordem, com a expedição do competente Alvará de Soltura em favor da paciente, para que possa aguardar em liberdade o desenrolar da Ação Criminal a que responde.

A inicial veio instruída com os documentos de fls. 14/30.

Immm



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

209

Decisão Interlocutória, às fls. 37/38, indeferindo o pedido de liminar.

Tendo verificado que o processo não mais se encontrava no Mutirão Carcerário, e que fora remetido à Vara de origem, solicitou-se a este Juízo informações pormenorizadas sobre as alegações da impetrante. Às fls. 44/45, constam as informações prestadas pelo Exmº Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de Jaboatão dos Guararapes.

Em parecer de fls. 49/52, a Procuradoria de Justiça, na pessoa da Dra. Christiane Roberta Gomes de Farias Santos, opinou pela denegação da ordem.

É o relatório.

VOTO DO RELATOR

Como visto, a presente ordem de *habeas corpus* foi impetrada com o fim de sanar suposto constrangimento ilegal suportado pela paciente, decorrente de excesso de prazo na conclusão da instrução criminal do processo a que responde pela prática dos crimes de tráfico ilícito de entorpecentes e associação para o tráfico, bem como da inexistência dos requisitos autorizadores da decretação de prisão preventiva.

Primeiramente analiso o argumento de excesso de prazo na conclusão da instrução criminal.

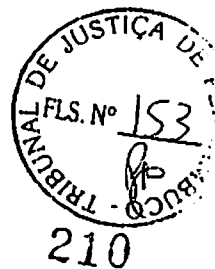
Consta das informações prestadas pelo Excelentíssimo Juiz da Vara de origem, que a paciente foi presa em flagrante delito em 13.02.2009, em virtude de ter sido encontrada fornecendo/vendendo 04 (quatro) tabletes de "Cannabis Sativa Linné", vulgarmente conhecida como maconha, às outras 2 (duas) acusadas no processo em referência, que adquiriram a droga pela quantia de R\$ 1.405,00 (mil quatrocentos e cinco reais). A paciente

lmmmm

Ass 2



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA



transportava consigo, ainda, outro tablete da referida droga, totalizando 4,761kg (quatro quilos e setecentos e sessenta e um gramas).

O inquérito policial foi concluído em 09.03.2009.

O Auto de Prisão em Flagrante foi distribuído à 1ª Vara Criminal de Entorpecentes da Capital em 19.02.2009, que declinou da competência em 21.05.2009, determinando a remessa dos autos à Comarca de Jaboatão dos Guararapes.

Em 04.08.2009, foram os autos conclusos ao Exmo. Magistrado da 3ª Vara Criminal da Comarca de Jaboatão dos Guararapes. Em 11.08.2009, a Autoridade Competente determinou a notificação das acusadas para que, no prazo de 10 (dez) dias, oferecessem defesa.


Às fls.29 dos autos, consta a decisão exarada pelo Exmº Juiz de Direito em Exercício no Mutirão Carcerário, apontado como autoridade coatora, que dá conta de que até o dia 15.10.2009 a defesa da paciente ainda não tinha ofertado resposta à acusação, o que somente foi cumprido em 26.10.2009.

A denúncia foi recebida em 17.11.2009, tendo sido designada a data de 07.01.2010 para a realização de audiência de instrução e julgamento.

Conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a concessão de *habeas corpus*, em razão da configuração de excesso de prazo, somente é admitida nos casos em que a dilação decorra exclusivamente de diligências suscitadas pela acusação, resulte da inércia do próprio aparato judicial, ou implique em ofensa ao princípio da razoabilidade.

No presente caso, não subsistem quaisquer das possibilidades de reconhecimento de excesso de prazo configurador de constrangimento ilegal, pois o relativo prolongamento da instrução deve ser debitado à realização de diligências imprescindíveis, consubstanciadas na necessidade de

Immm

 3



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

211

declínio de competência da 1ª Vara Criminal de Entorpecentes da Capital, bem como à pluralidade de réus (três pessoas), que ocasionou atraso no oferecimento de resposta à acusação, pois, entre a intimação das acusadas e o oferecimento da última resposta, deu-se o lapso temporal de aproximadamente 03 (três) meses.

Ademais, a audiência de interrogatório, instrução, debates e julgamento foi designada para data próxima, qual seja, em 07.01.2010, ocasião em que será encerrada a instrução criminal.

Vê-se, portanto, que malgrado pequenos lapsos na instrução criminal, não são estes suficientes a ensejar o reconhecimento de constrangimento ilegal. Transcrevo abaixo decisão do Superior Tribunal de Justiça no mesmo sentido:

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS
LIBERATÓRIO. NARCOTRAFICÂNCIA EM UNIDADE
PRISIONAL E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. PRISÃO EM
FLAGRANTE EM 20.07.07, POSTERIORMENTE
CONVERTIDA EM PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO (2
ANOS E 2 MESES) JUSTIFICADO. PLURALIDADE DE RÉUS
(08 PESSOAS). COMPLEXIDADE DO FEITO. NECESSIDADE
DE EXPEDIÇÃO DE CARTAS PRECATÓRIAS. PARECER DO
MPF PELO INDEFERIMENTO DO RECURSO. RECURSO
ORDINÁRIO DESPROVIDO, COM RECOMENDAÇÃO DE
JULGAMENTO PRIORITÁRIO NA ORIGEM.

1. A concessão de Habeas Corpus em razão da configuração de excesso de prazo é medida de todo excepcional, somente admitida nos casos em que a dilação (A) seja decorrência exclusiva de diligências suscitadas pela acusação; (B) resulte da inércia do próprio aparato judicial, em obediência ao princípio da razoável duração do processo, previsto no art. 5º., LXXVIII da Constituição Federal; ou (C) implique em ofensa ao princípio da razoabilidade.

2. Neste caso, a demora no término da instrução probatória (2 anos e 2 meses) pode ser atribuída, entre outras causas, à complexidade do feito, inclusive por se tratar de crime de

Immm

4



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

212

autoria coletiva (08 pessoas), em que acusados Policiais Militares, Agentes Penitenciários e outros detentos, todos com defensores diversos, bem como em razão da necessidade de expedição de cartas precatórias para outras Comarcas do Estado.

3. Parecer do MPF pelo indeferimento do recurso.

4. Recurso Ordinário desprovido, com recomendação de julgamento prioritário na origem.

(RHC 25.914/PE, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, julgado em 20/10/2009, DJe 09/11/2009)

Por fim, com relação à alegação de inexistirem as hipóteses elencadas no artigo 312 do CPP, o que ensejaria a concessão do benefício da liberdade provisória em favor da paciente, torna-se pertinente fazermos algumas considerações.

O delito de tráfico ilícito de entorpecentes é equiparado a hediondo pela legislação, exigindo maior rigor em sua apuração e repressão. A vedação expressa do benefício da liberdade provisória ao referido delito, disciplinada no art. 44 da Lei n.º 11.343/2006, é norma especial em relação àquela contida no art. 310, parágrafo único, do CPP, em consonância com o disposto no art. 5º, XLIII, da CF.

É certo que a Lei nº 11.464/07 deu nova redação ao art. 2º, II, da Lei nº 8.072/90 (Lei dos Crimes Hediondos), para excluir do dispositivo a expressão “e liberdade provisória”. Ocorre que essa alteração legal não se aplica ao crime de tráfico Ilícito de entorpecentes, pois, como bem entendeu o Supremo Tribunal Federal:

“a redação conferida ao art. 2º, II, da Lei 8.072/90, pela Lei 11.464/2007, não prepondera sobre o disposto no art. 44 da citada Lei 11.343/2006, eis que esta se refere explicitamente à proibição da concessão de liberdade provisória em se tratando de delito de tráfico ilícito de substância entorpecente. Asseverou-se, ainda, que, de

Immm

5



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

213

acordo com esse mesmo art. 5º, XLIII, da CF, são inafiançáveis os crimes hediondos e equiparados, sendo que o art. 2º, II, da Lei 8.072/90 apenas atendeu ao comando constitucional' (HC 92495/PE. Rel. Min. Ellen Gracie, julgado em 27.05.2008)."

Sendo assim, entendo que subsiste a vedação à concessão da liberdade provisória no crime de tráfico ilícito de entorpecentes, nos termos do art. 44 da Lei n.º 11.343/2006.

Neste sentido é, também, o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça:

/PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO PARA A FORMAÇÃO DE CULPA. INSTRUÇÃO CRIMINAL ENCERRADA. APLICAÇÃO DA SÚMULA 52/STJ. CONSTRANGIMENTO ILEGAL INEXISTENTE. PRISÃO EM FLAGRANTE. LIBERDADE PROVISÓRIA. VEDAÇÃO LEGAL RECURSO NÃO-PROVIDO.

1. O excesso de prazo para o término da instrução criminal, segundo pacífico magistério jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, deve ser aferido dentro dos limites da razoabilidade, considerando circunstâncias excepcionais que venham a retardar a instrução criminal e não se restringindo à simples soma aritmética de prazos processuais.

2. Na hipótese, embora o paciente esteja preso preventivamente desde 5/3/08, resta superada a alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo, por se encontrar encerrada a instrução criminal, aguardando apenas a juntada do laudo de exame de corpo de delito da vítima. Incide, à espécie, o verbete sumular 52/STJ.

3. O inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal estabelece que o tráfico ilícito de entorpecentes constitui crime inafiançável.

4. Não sendo possível a concessão de liberdade provisória com fiança, com maior razão é a não-concessão de liberdade provisória sem fiança.

Immm

Assinatura 6



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

214

5. A Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça consolidou o entendimento de que a vedação imposta pelo art. 2º, II, da Lei 8.072/90 é fundamento suficiente para o indeferimento da liberdade provisória (HC 76.779/MT, Rel. Min. FELIX FISCHER, DJ 4/4/08).

6. A Lei 11.343/06, expressamente, fez constar que o delito de tráfico de drogas é insuscetível de liberdade provisória, cuja disposição não foi revogada pela edição da Lei 11.464/07.

7. Recurso não-provido.

(RHC 26.670/MS, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 20/10/2009, DJe 16/11/2009)

Ademais, o Exmº Juiz de Direito, apontado como autoridade coatora, fundamentou a necessidade da manutenção da custódia da paciente para assegurar a ordem pública, principalmente em razão da elevada quantidade de droga apreendida em seu poder, a saber, 4,761kg (quatro quilos e setecentos e sessenta e um gramas) de maconha, encontrando-se a paciente associada para a prática de tráfico de entorpecentes, tudo a indicar a presença de periculosidade social justificadora da necessidade da prisão.

Em que pese a afirmativa de que a paciente teria direito à liberdade provisória, pelo simples fato de possuir condições subjetivas favoráveis, tal não merece guarida, diante da impossibilidade de concessão do referido benefício aos que praticam o crime de tráfico ilícito de entorpecentes, somada à presença de um dos requisitos autorizadores da prisão preventiva.

Em face de tudo o que foi exposto, em consonância com o parecer ministerial, voto pela denegação da ordem.

É como voto.

Recife, 22 de dezembro de 2009.

Des. Antonio de Melo e Lima
Relator